pacho datado de 17 de Agosto de 2011, foi homologada a conclusão com sucesso do período experimental de Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira, para a categoria de Técnico Superior, na sequência do procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela única.

17 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

305077148

Aviso n.º 18725/2011

Em cumprimento do estipulado na línea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, por meu despacho datado de 24 de Agosto de 2011, foi homologada a conclusão com sucesso do período experimental de Hortense Manuela Janeiro Pedroso, para a categoria de Técnico Superior, na sequência do procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela única.

24 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

305077123

Aviso n.º 18726/2011

Em cumprimento do estipulado na línea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, por meu despacho datado de 24 de Agosto de 2011, foi homologada a conclusão com sucesso do período experimental de Amadeu Fernando Pena Rodrigues, para a categoria de Técnico Superior, na sequência do procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela única.

24 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

305077172

MUNICÍPIO DE GAVIÃO

Aviso n.º 18727/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, por motivo de aposentação, do trabalhador desta Município com a categoria de Assistente Operacional — Manuel João de Matos Domingos, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2011

12 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus*.

305121357

MUNICÍPIO DAS LAJES DAS FLORES

Aviso n.º 18728/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que na sequência dos procedimentos concursais comuns, abertos pelos avisos n.º 959/2011 a 963/2011, publicados no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 6, de 10 de Janeiro de 2011, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de vários postos de trabalho, como abaixo se indica, do mapa de pessoal do Município de Lajes das Flores, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com o período experimental de 180 dias, com efeitos a 02 de Maio de 2011, para os primeiros 5 trabalhadores e 01 de Julho para a sexta trabalhadora:

Nome	Carreira/categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Pedro Miguel Gonçalves Pires	Assistente Operacional Telefonista	1	1
José Luís Câmara Andrade	Assistente Operacional Jardineiro	1	1
Maria dos Milagres Serpa Mendonça	Assistente operacional Jardineiro	1	1
Sara Filipa Neto do Rosário	Técnico Superior Desporto	2	15
Lígia Maria de Mendonça Inocêncio Teixeira	Técnico Superior Administração	2	15
Alexandra Germano Carneiro	Técnica Superior Gestão	2	15

5 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *João António Vieira Lourenço*.

305092392

MUNICÍPIO DA MOITA

Aviso (extracto) n.º 18729/2011

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, foram posicionados nas respectivas carreiras os seguintes dirigentes:

Carla Alexandra Coelho Pereira Mestre, na carreira/categoria de Técnico Superior (Organização e Gestão de Empresas), posição remuneratória entre a 6.ª e 7.ª, nível remuneratório entre o 31 e 35 (2.094,01), com efeitos a 01/06/2011;

Jorge Humberto Noé Quinteiro Gonçalves, na carreira/categoria de Técnico Superior (Organização e Gestão de Empresas), posição remuneratória entre a 6.ª e 7.ª, nível remuneratório entre o 31 e 35 (2.094,01€), com efeitos a 01/06/2011.

Foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas, nos termos do disposto no artigo 72.º do RCTFP. Isentos de visto do Tribunal de Contas.

1 de Setembro de 2011. — Por subdelegação de competências (Desp. n.º.02/X/VP/09), a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça.*

305087362

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aviso n.º 18730/2011

Aviso relativo a Alterações ao Regulamento do Plano Director Municipal de Loures na Área do Concelho de Odivelas

Susana de Carvalho Amador, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, torna público que, sob proposta da Câmara Municipal de Odivelas, a Assembleia Municipal de Odivelas aprovou na 5.ª reunião da 3.ª sessão ordinária, realizada em 15 de Julho de 2010, e na 2.ª reunião da 2.ª Sessão Ordinária de 2011, realizada em 14 de Abril de 2011, alterações ao Regulamento do Plano Director Municipal de Loures, na forma legal de alterações por adaptação, na área do Município de Odivelas, nos termos do disposto no artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, a saber:

Alteração por adaptação aos artºs 3.º, 8.º, 45.º, 47.º e 54.º do Regulamento do PDM de Loures, ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 97.º Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, tendo como fundamento legal o disposto nos números 2 e 3 do artigo 22.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio.